

# Um INERu cada vez mais *IMERu*: parasitologia, esquistossomose e instituições nas dinâmicas da política autoritária da década de 1960

## *An INERu increasingly IMERu: parasitology, schistosomiasis, and institutions in the dynamics of authoritarian politics in the 1960*

**Bráulio Silva Chaves**

Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015).

**Resumo:** O artigo objetiva refletir sobre as configurações institucionais em torno da parasitologia na década de 1960, com foco no Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu) e em uma das ações que dele emana: o Projeto-Piloto de Combate à Esquistossomose (PPCE). O argumento principal é que, no período analisado, houve um lugar de destaque de pesquisadores do campo da parasitologia mineira e que poderia ser explicado a partir das dinâmicas da política do período, junto às disputas dentro do próprio campo, como com a dita “escola paulista de parasitologia”, e por processos de acomodação que envolveram laços institucionais e pessoais que sedimentaram uma condição diferenciada. O trabalho entrelaça fatores epistemológicos com os da esfera da política na história da ciência. Tem-se como fontes os arquivos do Fundo do INERu, com documentos oficiais do órgão, o jornal oficial *Minas Gerais* e entrevistas. Por meio do trabalho empírico e teórico, conclui-se que, mesmo não sendo um projeto exclusivamente mineiro, o PPCE deu robustez a um grupo de cientistas que viu na esquistossomose e na política autoritária do período um lugar de legitimação e reunião de forças que pôde garantir posição de destaque à “escola mineira de parasitologia”.

**Palavras-chave:** Instituto Nacional de Endemias Rurais. Esquistossomose. Parasitologia. Projeto-Piloto de Combate à Esquistossomose. Autoritarismo.

**Abstract:** The article aims to reflect on the institutional configurations around parasitology in the 1960s, focusing on the National Institute of Rural Endemics (INERu) and on one of the actions that emanated from it: the Pilot Project to Combat Schistosomiasis (PPCE). The main argument is that, in the period analyzed, there was a prominent place for researchers from the field of parasitology in Minas Gerais and that could be explained from the dynamics of the politics of the period, along with the disputes within the field itself, as with the so-called “escola paulista de parasitologia”, and by processes of accommodation that involved institutional and personal ties that sedimented a differentiated condition. The work interweaves epistemological factors with those of the political sphere in the history of science. Its sources are the archives of the INERu Fund, with official documents from the organization, the official newspaper *Minas Gerais*, and interviews. Through empirical and theoretical work, we conclude that, even if it was not an exclusively mineiro project, the PPCE gave strength to a group of scientists who saw in schistosomiasis and in the authoritarian politics of the period a place of legitimization and gathering of forces that could guarantee a prominent position to the “escola mineira de parasitologia”.

**Keywords:** National Institute of Rural Endemics. Schistosomiasis. Parasitology. Pilot Project to Combat Schistosomiasis. Authoritarianism.

## Introdução

O Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu) está ligado à Lei 2.743, de 6 de março de 1956, que cria o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu). O Instituto seria um órgão de pesquisa do Departamento. A lei, em seu Art. 7º, diz que o “O Instituto Nacional de Endemias Rurais constará de um núcleo central, situado na Capital da República, ou nas suas proximidades, e de centros de pesquisas, distribuídos pelo país, conforme as necessidades regionais” (BRASIL, 1956). A movimentação em torno do INERu é importante no processo de reconfiguração da parasitologia. O final da década de 1950 e a década de 1960 também evidenciam a articulação de grupos em torno dos estudos sobre a esquistossomose<sup>1</sup>. Quando se detém o olhar especificamente no órgão, algumas problematizações emergem a partir desta doença parasitária. De um lado, profundamente influenciadas por fatores microssociais, pelo fato de o Instituto estar localizado em regiões como Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, espaços endêmicos da esquistossomose. No caso de Minas, por exemplo, os anos 1960, também fizeram parte de uma mobilização do governo do estado em torno de campanhas de combate às parasitoses, o que provocou a aproximação de interesses e discursos, além de conferir legitimidade e importância a uma instituição que convivia com diversas dificuldades estruturais, burocráticas, dentre de outras. Por outro lado, em âmbito macrossocial, as situações relativas ao período desempenharam papel decisivo no reposicionamento dos sujeitos dentro do campo e no quadro de compreensão da doença. O regime civil-militar, da sua gestação à execução, é também peça do quebra-cabeça da união entre a parasitologia, a esquistossomose e as instituições.

As fontes do trabalho abarcam o acervo do Fundo do INERu, a partir dos seus planos de trabalho, relatórios e documentos dos seus centros de pesquisa, junto com a mobilização em torno do Projeto Piloto de Combate à Esquistossomose<sup>2</sup>(PPCE), o jornal oficial *Minas Gerais* e entrevistas que fornecem algumas pistas para que se façam alguns encaixes para o que chamamos de configurações. O termo contribui para delinear o trabalho na história da ciência, em seus processos de entrelaçamento entre questões epistemológicas que designam um esforço empírico, laboratorial, de um conjunto de pesquisas em torno da doença, junto com a mediação com outros campos, como educação sanitária, e também com as dinâmicas da política autoritária do período na tessitura de laços institucionais e pessoais. Por outro lado, indicam também jogos de sedução e acomodação que marcam os processos que envolvem o regime civil-militar (PATTO, 2014). Assim, configurações, agregando à acepção elisiana do termo (ELIAS, 2008), designam os movimentos decorrentes dos arranjos institucionais, individuais e coletivos, processos de estruturação material e intelectual, movimentos de aproximação e afastamento, fluxos burocráticos e simbólicos de centros de pesquisas, dinâmicas sociais dentro de um determinado tempo e que permitem aos coletivos tentar moldar seus espaços de trabalho e seus referenciais

1. Doença parasitária e infecciosa causada por trematódeos sanguíneos do gênero *Schistosoma*, adquirida por meio da pele ao nadar ou entrar em contato com águas contaminadas. Os caramujos pertencentes ao gênero *Biomphalaria* são hospedeiros intermediários. Também é conhecida como barriga d'água, xistose, bilharziase, dentre outros nomes. Hoje estimam-se mais de 250 milhões de esquistossômicos no mundo.

2. A documentação traz variações no uso dos termos combate e controle. Nas sugestões iniciais do projeto, em 1964, ele é chamado de Plano de Combate. Por outro lado, alguns artigos de jornal e outros documentos fazem uso do termo controle, o que deve ser visto também na ótica de um modelo medicamentoso, verticalizado e diretivo.

de investigação, em meio à busca de legitimidade, às controvérsias e disputas.

Para analisar tais configurações, o trabalho inicia na estruturação do PPCE e na forma com que ele garante um espaço de legitimidade aos pesquisadores da parasitologia mineira para que se colocassem numa condição destacada no cenário nacional. Posteriormente, analisa-se como tais configurações se dão em um terreno científico e político instável e em meio ao cenário de uma agenda regional, nacional e internacional em que a esquistossomose despontava como um problema de saúde pública. Na terceira e última parte, busca-se a sistematização de alguns argumentos/proposições que ajudariam a pensar na condição diferenciada da “escola mineira de parasitologia” na década de 1960, traçando os fatores de um INERu cada vez mais *IMERu*.

## **A estruturação do Projeto-Piloto de Combate à Esquistossomose e a “escola mineira de parasitologia”**

O Decreto 52.279, de 19 de julho de 1963, estipula as “Normas Técnicas Especiais para o Combate à Esquistossomose”, prevendo estudos e pesquisas, preparo de material, inquéritos epidemiológicos, luta contra os caramujos, medidas de saneamento básico, educação sanitária e divulgação. A partir dele, é possível ver que o DNERu poderia realizar convênios e obter recursos para o controle da doença (BRASIL, 1963). O PPCE iniciou em 1964, com execução efetiva no ano seguinte, e promoveu a aproximação dos núcleos regionais de pesquisa, como do Centro de Pesquisa de Belo Horizonte (CPqBH), junto ao DNERu e INERu.

O PPCE foi uma iniciativa que teve como objetivo testar e avaliar metodologias no controle da esquistossomose para que, posteriormente, fossem aplicadas em áreas endêmicas extensas do país, com um período previsto de cinco anos ininterruptos de trabalho contínuo. O trabalho teria os seguintes eixos: treinamento de pessoal; levantamento epidemiológico, socioeconômico, sanitário e dos quadros mórbidos; identificação dos moluscos; classificação das áreas, comparação e estabelecimento de medidas profiláticas. As áreas-piloto escolhidas foram Jacarepaguá (Rio de Janeiro), Belo Horizonte (Minas Gerais), Caatinga de Moura e São Felipe, que eram subordinadas ao Núcleo de Pesquisas de Salvador (Bahia), São Lourenço da Mata (Pernambuco). Ao longo do tempo, outras áreas foram incorporadas ao projeto. A previsão era que a iniciativa contasse com a assistência de especialistas variados, como os da epidemiologia, ecologia, etc., mas nem todas as áreas tiveram essa equipe profissional completa. O PPCE possuía um conselho consultivo, constituído pelo Diretor do DNERu, pelos chefes dos Centros das Áreas de Trabalho, um órgão central de planejamento e supervisão e órgão regional de execução (Plano Piloto Esquistossomose. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.10, Série Estudos e Pesquisas. fls. 2).<sup>3</sup>

Algumas pistas para a particularidade do grupo de Minas podem ser vistas na descrição abaixo. Belo Horizonte possuía um

Centro com grande tradição nos estudos sobre vários aspectos da esquistos-

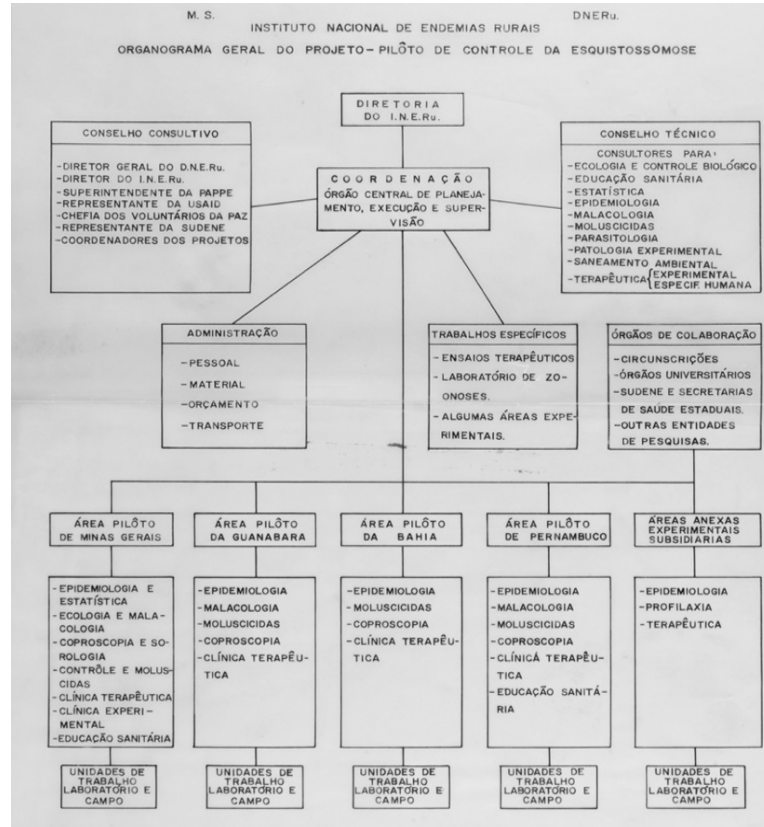
3. As fontes do Fundo do Instituto Nacional de Endemias Rurais seguem no texto este padrão de citação, conforme base arquivística (ver: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/instituto-nacional-de-endemias-rurais>).

somose, [e] foi o primeiro a se articular no sentido de iniciar os trabalhos do PPCE de sorte que no seu início já contava com grande acervo de dados, que necessitam apenas de uma atualização e reformulação para um entrosamento em bases padronizadas pela Coordenação geral (Plano Piloto Esquistossomose (Plano de trabalho). Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINE-RU/06.00.00/02.00.10. Série Estudos e Pesquisas. p. 2).

A história do CPqBH remonta ao início da década de 1950, a partir das negociações entre Barca Pellon e Amilcar Vianna Martins para que fosse criado um centro de pesquisas na cidade, algo estimulado pelos trabalhos de Martins sobre o diagnóstico laboratorial da esquistossomose. O próprio Amilcar Martins usou de seu prestígio para negociar com a prefeitura de Belo Horizonte um terreno para a construção do Centro, que começou em 1953. Em 1955, ele é fundado. Em razão das instalações precárias, o Instituto de Malariologia do Rio de Janeiro foi transferido para Belo Horizonte, o que coincide também com a chegada de René Rachou na direção. Em 1956, o Instituto de Malariologia é transformado em Centro de Pesquisas de Belo Horizonte, subordinado ao INERu. O Centro atuou no ensino, com cursos para médicos e chefes do serviço sanitário sobre a doença de Chagas, malária, esquistossomose, entomologia, inseticidas e parasitologia. René Rachou dirigiu o CPqBH até 1957. Em 1966, ele passa a se chamar Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR).

Na descrição do PPCE, Minas tinha a equipe mais completa (ver Imagem 1), com: 1 epidemiologista, 1 ecologista, 1 clínico, 1 bioquímico especializado em malacologia, 1 educadora sanitária, 2 zoólogos, além de técnicos de laboratório, guardas de campo, motoristas etc. (Plano Piloto Esquistossomos: Plano de trabalho. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINE-RU/06.00.00/02.00.10, Série Estudos e Pesquisas. p. 3). Outro dado relevante foi o estabelecimento de, em Belo Horizonte, além dos laboratórios do Centro, postos suburbanos, “sendo o mais importante o do Grupo Escolar N. Senhora Aparecida, devidamente equipados e providos de pessoal com treinamento satisfatório nos diversos setores, inclusive providos de viaturas”. Ao lado dessas atividades, a aplicação do moluscicida (pesticidas usados no controle de moluscos) aconteceria, principalmente, na bacia do rio Arrudas e da Pampulha. O organograma do PPCE demonstra a tentativa de estabelecer uma estruturação orgânica da pesquisa e dos setores envolvidos.

Imagem 1 – Organograma do Projeto Piloto de Controle da Esquistossomose



Fonte: Organograma Geral do Projeto Piloto de Controle da Esquistossomose. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.10. Série Estudos e Pesquisas

No Plano de Trabalho do INERu de 1968, pode-se observar também a interseção de campos e um esforço de agregar profissionais que pudessem atuar na chamada educação sanitária. Ao enumerar os técnicos necessários para o PPCE, aparecem os “especialistas em ciências sociais e psicológicas”, incumbidos de colaborar com o órgão nos estudos socioeconômicos e psicológicos. Salienta que teriam se iniciado “os entendimentos para a concretização de plano de estudo realizado em colaboração com os departamentos de ciências sociais e psicologia da Universidade e coordenado pelo supervisor do INERu, especialista em educação sanitária na esquistossomose” (Plano de Trabalho do Instituto Nacional de Endemias Rurais para o ano de 1968. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. p. 5).

A chamada “escola mineira de parasitologia” teve no INERu um espaço importante, o que se relaciona também à contribuição importante da figura de Amilcar Vianna Martins (1907-1990). Ele exerceu, sucessivamente, as funções de Diretor do INERu (1956-1958), Diretor do Instituto Oswaldo Cruz (1958-1960) e Diretor-Geral do DNERu (1960-1961).

A presença de Amilcar Vianna Martins foi decisiva para a composição da “escola mineira”. Martins ajudou a articular o INERu e a Faculdade de Medicina, além de ter sido integrante do antigo Instituto Ezequiel Dias<sup>4</sup>, na capital de Minas. Como se depreende de seu depoimento

4. O Instituto Ezequiel Dias foi fundado em 1907 em Belo Horizonte, como filial do Instituto Oswaldo Cruz, e estadualizado em 1936. O INERu também teve acordos nos anos 1960 com o Instituto Ezequiel Dias, visando a ampliação das pesquisas no combate à esquistossomose.

(MARTINS, 2010) e outras fontes reforçam, foi uma figura de forte presença na pesquisa médica e na saúde pública, a partir de sua atividade científica e seus vínculos com políticos como Juscelino Kubitschek (1902-1976). No campo da esquistossomose, teve papel de destaque. Martins foi um dos precursores da metodologia dos inquéritos escolares, referência para o trabalho de Pellon e Teixeira (1950), *Distribuição geográfica da esquistossomose mansônica no Brasil*, que é um ponto de inflexão para a inserção da esquistossomose nos círculos da parasitologia e nas políticas públicas da década de 1950 em torno das “doenças de massa”. O documento é fundamental para se compreender o processo de inserção da doença como problema de saúde pública (AUTOR, 2021). Martins fez sua tese no concurso para professor catedrático de parasitologia da Universidade de Minas Gerais (UMG) com o título *Diagnóstico de laboratório da esquistossomose mansoni*, em 1949. A tese foi um trabalho do Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina da UMG e do Serviço de Endemias Regionais da Secretaria de Saúde e Assistência, realizado com o apoio da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde do Mesp (Ministério da Educação e Saúde Pública), à época dirigida por Pellon. O trabalho é importante para que possamos perceber, ao lado da dimensão clínica da doença, a sua vertente laboratorial (MARTINS, 1949).

Para o caso do PPCE, é importante dizer que foram realizadas também parcerias com outras instituições de ensino, nas diferentes localidades. O que mostra um fluxo de sujeitos no interior de instituições em meio às configurações que promovem para legitimar suas atividades. Alguns exemplos: Cadeira de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Cadeira de Medicina Preventiva da Universidade Federal de Pernambuco; Fundação Gonçalo Muniz e a Clínica de Doenças Tropicais da Universidade Federal da Bahia; Instituto de Patologia Central da Universidade Federal de Goiás (Plano de Trabalho do Instituto Nacional de Endemias Rurais para o ano de 1968. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINE-RU/06.01.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. p. 6).

Como se vê, o campo da pesquisa da parasitologia em Belo Horizonte era composto por um círculo institucional que se interseccionava, entre institutos de pesquisa, a Universidade e os serviços de saúde pública vinculados ao estado e em nível federal. No caso da UMG/UFMG, houve um acordo cooperativo do Ministério da Saúde com a Reitoria visando o prosseguimento e a ampliação de pesquisas de interesse nacional relativas à esquistossomose. O acordo articulava UMG, DNER/INERu/CPqBH, por meio de pessoal, equipamento e material. O Ministério se dispunha, inclusive, a colocar um jipe à disposição do Instituto de Biologia da UMG. Estavam previstos no acordo inicial estágios, além da realização de um curso anual sobre a esquistossomose, em âmbito nacional (Termo do Acordo Cooperativo Celebrado entre o Ministério da Saúde e a Reitoria da Universidade de Minas Gerais visando ao Prosseguimento e Ampliação das Pesquisas de Interesse Nacional, no Campo do Diagnóstico Imunológico e Terapêutica Experimental da Esquistossomose Mansonii. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINE-RU/06.01.00/01.02.07, Administração Geral, Acordos e Convênios.)

As aproximações são importantes para entender uma espécie de evidência da “escola mineira”<sup>5</sup> de parasitologia que veio acontecer nos anos 1960.

---

5. A ideia de uma “escola mineira” e uma “escola paulista” reduz e pode desconsiderar pesquisadores e outros cen-

## A “escola mineira de parasitologia” e a busca de estabilidade em meio a terrenos políticos e científicos instáveis

Outro indicador desse destaque pode ser medido pela criação da Sociedade Brasileira de Parasitologia (SBP) em Belo Horizonte/MG, no ano de 1965. Tal fato sugere a capacidade de cientistas de tornar o território mineiro um local propulsor de articulações do campo em meio a um contexto instável pelo qual passava o país, mergulhado nas agruras do regime civil-militar. O ano de 1965 no estado é marcado pelas incertezas, pois Minas Gerais se tornou um lugar estratégico, com o apoio explícito, deliberado e entusiasta do governador Magalhães Pinto (1909-1996). Em outubro deste ano, ele sofreria um grande baque, quando seu candidato e também esposo de uma de suas sobrinhas, o médico Roberto Resende, perdeu as eleições estaduais para Israel Pinheiro (ABREU, 2010). Ao mesmo tempo, no âmbito da pesquisa e das articulações institucionais, como se viu na seção anterior, havia uma agitação em torno de parcerias e de um início carregado de expectativas em torno do PPCE e que, mesmo com seus nítidos gargalos, garantia visibilidade aos pesquisadores mineiros.

Mas quais as razões de tal condição da parasitologia mineira? Alguns caminhos para responder podem residir na inter-relação entre as questões epistemológicas, políticas e nas mobilizações do coletivo.

Um ponto que se deve salientar é que a projeção dos mineiros se deu em terreno complexo. As dificuldades de pesquisa e as condições inadequadas de trabalho são matéria constante nos relatórios, ofícios e planos do INERu. A falta é também um indicativo importante. Da mesma forma que recorrentes investimentos significam capital científico de determinados órgãos de pesquisa e sujeitos a eles pertencentes, por outro lado, a deficiência de recursos e apoio impõe um conjunto de mobilizações que os impele a legitimar o seu trabalho, torná-lo importante. Belo Horizonte não fugia disso. É o que vemos em um ofício de Marcelo Coelho, chefe do CPqBH ao diretor do INERu. Foi um balanço descontente: “Apesar de fundado há quase 10 anos, o Centro de Pesquisas de Belo Horizonte vem se ressentindo, por todo este tempo, da falta de pessoal e equipamentos indispensáveis ao perfeito desempenho de suas atribuições” (Ofício ao Sr. Diretor do INERu (Plano de Trabalho para 1965), 10/12/1964. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERu/06.01.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. n.p.).

Essa perspectiva que evidencia a precariedade se estendia para todo o órgão. No Plano de Trabalho para 1965, Rodrigues Silva chegou a dizer que “o INERu, na verdade, nunca funcionou e nem para isso lhe foi dada a devida estrutura”. A própria sede do órgão funcionava ora junto ao CPqBH e ora na Guanabara, por falta de condições apropriadas. Afirma também que, “na realidade, o INERu se constituía até o presente momento de 2 centros – o de Belo Horizonte e o de Recife”. Tudo isso seria reflexo “da ausência de uma direção realmente centralizada, mas também de uma total indiferença por parte da Divisão de Profilaxia em relação ao INERu”. Porém,

---

tros de pesquisa fora desses espaços. Porém, até pela força discursiva que essa divisão gerou entre atores da presente pesquisa, ela ganha importância analítica, mesmo que no nível das práticas a parasitologia não possa ser reduzida às duas regiões.

para ele, as mudanças de diretoria sinalizavam uma perspectiva de melhoramento da situação, o que faz eco à sua própria entrada. Naquele ano, a sede seria fixada na Guanabara (Plano de trabalho para 1965 do Instituto Nacional de Endemias Rurais. Código de referência: BR.FIO-CRUZ-COC/FINERU/06.01.00/01.03.04, Administração Geral, Organização e funcionamento. p. 1-6).

Em 1965, a instituição passou por uma tentativa de reestruturação, com a promoção de uma série de convênios, compra de equipamentos, etc. É possível dizer que o PPCE se tornou o cartão de visitas do INERu, pela forma com que ele passou a ser utilizado na captação de legitimidade, para o órgão e seus pesquisadores. O movimento pela transformação coincide com a implementação do PPCE, que é sempre o primeiro item dos relatórios, instrumento importante para a produção de discursos que muitas vezes se chocavam com a realidade:

Pode-se dizer, sem a menor sombra de dúvida, que este Projeto representa o mais sério e objetivo empreendimento já levado a efeito no Brasil, em uma tentativa de estabelecer normas e métodos de trabalho, bem como estimar o custo operacional de futuras campanhas para o controle dos esquistossomose no Brasil. Também pode-se afirmar que o seu vulto e extensão são de tal ordem, que somente o Projeto Egito 47<sup>6</sup>, patrocinado pela OMS, excede-o em proporções e requintes e organização (Relatório das Atividades do ano de 1967 do Instituto Nacional de Endemias Rurais. Código de referência: BR.FIO-CRUZ-COC/FINERU/06.01.00/01.03.04, Administração Geral, Organização e funcionamento. p. 4)

Além das instalações ainda precárias, necessidade de viaturas e equipamentos, falta de pessoal, uma grande questão perpassou vários relatórios: o enquadramento de seus funcionários, seja dos efetivos em seus níveis corretos e com a criação de funções gratificadas ou até mesmo a questão da dedicação integral por parte dos pesquisadores. Este assunto mobilizou diversos sujeitos, inclusive observadores internacionais (Ofício ao Sr. Diretor do INERU (Plano de Trabalho para 1965), 10/12/1964. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.01.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. n.p.).

É interessante como tais problemas foram arrolados junto com as pesquisas e ações práticas do Projeto. Nas sugestões para o PPCE, feitas também por Coelho, são listados os nomes dos chefes dos laboratórios – Ernest Paulini (Setor Controle), Lobato Paraense (Setor Malacologia), Roberto Andrade (Setor Ecologia), Naftale Katz (Setor Clínica e Terapêutica), Geraldo Chaia (Setor Diagnóstico Parasitológico) –, figuras importantes na composição do coletivo da parasitologia e de um círculo em torno da esquistossomose. Para Coelho, a chegada de pessoal contratado ao CPqBH, pesquisadores apontados como “credenciados”, “através de várias publicações”, teria um reflexo no “aumento da produtividade” e na “confiança no projeto, por organismos nacionais e internacionais”. Mas também seria preciso que houvesse “gratificação especial para os Chefes” e “complementação de tempo integral para o pessoal administrativo e do Centro”

---

6. Ele se refere ao conjunto de mobilizações em torno de um surto de cólera no Egito, em 1947, que ensejou uma série de ações de uma Comissão Provisória que contribuiu para acelerar a criação da Organização Mundial da Saúde (CUETO; BROWN; FEE, 2019).



(Ofício ao Sr. Diretor do INERu, 29/12/1966. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINE-RU/06.01.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas).

Do ponto de vista dessa articulação em torno da esquistossomose com as agências internacionais, houve um “Programa de trabalho visando intensificar o controle da esquistossomose no Brasil”, do INERu com a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>7</sup>. As preocupações vinham da alta incidência de esquistossomose em regiões que eram foco do projeto de aproveitamento hídrico da agência. O programa era uma tentativa de apressar a execução do PPCE com o apoio das Nações Unidas e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Na tentativa de ampliá-lo, houve a presença de dois consultores internacionais: o epidemiologista Louis Olivier e do engenheiro sanitário J. Z. Buzo. Em seu relatório, o engenheiro dá ênfase à necessidade de saneamento das áreas, sobretudo Minas Gerais. A ideia era eliminar o habitat dos caramujos e para isso seria preciso “retificar alguns riachos”. Para Minas, destaca a grande quantidade de dados topográficos coletados pela instituição de pesquisa daquela região. Dá relevo à Lagoa da Pampulha, “utilizada para a prática de esporte e local de recreio”. Baldim, Jacobina, Cedro, Quixadá, São Lourenço e Jacarepaguá são outras localidades para onde são sugeridos melhoramentos de engenharia sanitária. Além disso, Buzo indica a utilização do manual da OMS *Social Control in prevention of Bilharziasis* e das cartilhas sobre água e serviço de esgoto. Por último, aponta: “deve-se considerar a possibilidade de obter a assistência da OMS sob a forma de bolsas de estudo para especialização de pessoal nacional e a visita periódica de consultores” (Programa Piloto de Controle da Esquistossomose no Brasil: relatório do Engenheiro Z. J. Buzo, consultor da OPAS OMS. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.01.00/02.00.10, Série Estudos e Pesquisas. p. 1-13)

A presença seguida e repetida desses consultores aponta para um movimento que coloca o PPCE e o INERu em consonância com uma agenda internacional da saúde voltada para os programas de erradicação de doenças infecciosas. Cueto (2015) chama atenção para o papel que a OMS teve no período e como é importante não descolar essa atuação das dinâmicas da Guerra Fria, sobretudo do papel dos Estados Unidos, seu principal financiador no período. É uma marca dos anos 1950 e que ainda encontra certo “rescaldo” na década seguinte no Brasil. Como o autor aponta, os anos 1960 começam a emanar críticas à verticalização, indicando outros focos, como o problema do aumento da população em descompasso à produção de alimentos:

Durante os anos 1950, os programas de saúde de maior importância mundial foram as chamadas campanhas verticais. Tratava-se de ações que visavam à erradicação de determinada doença infecciosa por meio de uma tecnologia específica, e geralmente uma operação administrativa e financeira muito complexa. A liderança era quase monopolizada por um grupo de especialistas (CUETO, 2015: 39-40).

O PPCE se constituía, desse modo, num canal forte do órgão para as pesquisas e legitima-

---

7. Fundo de Assistência Técnica das Nações Unidas, Programa de trabalho visando intensificar o controle da esquistossomose no Brasil através do Instituto Nacional de Endemias Rurais com a assistência técnica da Organização Mundial da Saúde (Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.01.00/02.00.10, Série Estudos e Pesquisas).

ção. A abordagem da doença como um problema é significativa:

[...] conforme conclusões estabelecidas em recentes reuniões de grupos de especialistas da OMS, já existe à disposição dos técnicos e das autoridades sanitárias conhecimentos capazes de permitir, em certas circunstâncias, o controle da esquistossomose mediante custo razoavelmente acessível, **pelo menos à altura das possibilidades de algumas nações em que a endemia existe como problema de saúde pública** (Plano de Trabalho do Instituto Nacional de Endemias Rurais para o exercício de 1967. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. n.p., grifo nosso)

O trecho aponta para os países que já tinham incluído a doença no rol dos seus problemas de saúde pública. Mais que isso, percebe-se a ênfase na sua distribuição no território nacional e isso acendia a luz vermelha.

A agência *Peace Corps*<sup>8</sup> atuou junto ao INERu e ao PPCE. Em 1965, eram 645 voluntários, em 14 estados e no distrito federal, alguns deles em contato direto com as pesquisas sobre a esquistossomose. Em 1967, o relatório do INERu dá conta da chegada de 15 membros no Brasil que “receberam treinamento [...], dos drs. Marcello Vasconcelos Coelho e Sollon Camargo e da Sra. Hortênsia de Hollanda” (Relatório das do Centro de Pesquisas René Rachou durante o ano de 1967. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.03.09, Administração Geral, Organização e Funcionamento. p. 26).

Em 1966, houve a visita de David Bradley, que produziu um relatório sobre o programa de esquistossomose. A ênfase dos serviços foi a “dispersão das atividades programadas”, com ausência de autossuficiência dos centros de pesquisa. Bradley indicou a necessidade de “evitar problema comum no Brasil: o excesso ou a diversificação exagerada das atribuições de pessoal que tem a seu cargo a direção do serviço de campo”. Também propôs o estabelecimento de áreas de comparação, com uma exposição metodológica de como elas seriam, além de um plano de estudo das populações. Os problemas quanto à metodologia dos dados colhidos são reiterados seguidamente, o que se vê em outros relatórios (Relatório e recomendações sobre o Programa de Esquistossomose: baseados em uma visita realizada durante o período de 6 de novembro a 16 dezembro de 1966, Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.02.02, Administração Geral, Acordos e convênios. p. 1-31.).

Louis Olivier foi consultor da OMS para doenças parasitárias, elaborou alguns relatórios

---

8. Agência estadunidense, criada em 1961, no contexto da Guerra Fria, voltada para colaboração e parcerias para o desenvolvimento dos países e com programas específicos na área da saúde. A cooperação com o Brasil começa em 11 de novembro de 1961, com o estabelecimento do acordo entre a Embaixada dos Estados Unidos e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Os voluntários da Paz, em 15 de outubro de 1965. (Convênio Voluntários da Paz (Peace Corps). BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.02.02, Administração Geral, Acordos e convênios). Nesta documentação é possível verificar a troca de cartas entre José Rodrigues Silva, diretor do INERu, com alguns médicos que estiveram em contato com o INERu, os diretores das agências internacionais, envio do PPCE em inglês etc.

9. Hortênsia de Hollanda (1917-2011) é figura fundamental da educação sanitária/educação em saúde do período e uma mediadora importante com a parasitologia (DINIZ; FIGUEIREDO; SCHALL, 2009).

sobre o controle da esquistossomose no Brasil, entre 1965 e 1966, produzindo um documento de recomendações para o programa em diálogo com David Bradley. Em 1968, elaborou um “Relatório sobre a avaliação dos programas de esquistossomose no Brasil”, a partir de viagens de observação nas regiões do PPCE, acompanhado do Engenheiro Sanitário William Jobin, dos Serviços de Saúde de Porto Rico. No contexto em que a agenda estadunidense para saúde se fazia forte, o documento é relevante pelo balanço e pela forma com que um médico estrangeiro olha para a esquistossomose no Brasil.

Segundo Olivier, “cumpre-nos [...], porém, assinalar que a esquistossomose continua sendo um dos principais problemas de saúde pública do Brasil” e que “as autoridades sanitárias nacionais conhecem a gravidade da situação”, desenvolvem trabalhos em torno do controle, mas necessitam de “maior apoio financeiro”. A questão de pessoal técnico veio acompanhada de questões relativas às intervenções medicamentosas. Ao falar da Bahia, afirma que: “deve-se providenciar pessoal e equipamento de aplicação de moluscocida suficiente para completar a erradicação do caramujo dentro de dois ou três anos”. Prescrição que se repete para Minas, com sugestões de “quimioterapia em massa” e de que a “aparente eficácia e a baixa toxicidade do hycanthon” pudesse ser utilizada nessa situação. Alguns elogios são lançados, não apenas pelo desenvolvimento das atividades, mas pela condição epidemiológica do local:

O programa de Belo Horizonte é dos quatro o maior, o mais bem planejado e o que está sendo executado com mais capricho. Achando-se, além disso, em zona mais favorável, conseguirá provavelmente o controle a um preço unitário mais baixo que os dos outros projetos (Louis Olivier. Relatório sobre a Avaliação dos Programas de Esquistossomose no Brasil, Pan American Health Organization, World Health Organization, 1-20 de junho de 1968. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.02.02, Administração Geral, Acordos e convênios. p. 1-8).

As críticas à ausência de um treinamento sistematizado são nítidas: “não existe um programa de treinamento coordenado para pessoal de laboratório e de campo”. Quanto à coleta de dados sobre os custos do controle da endemia, Olivier afirma que “o registro de dados sobre o custo e eficiência das várias partes do programa de controle, não será atingido nas condições atuais”. Além disso, comenta sobre a falta de padronização no recolhimento, técnicas de trabalho, laboratório, sobre aplicação de moluscocida, orientando que era “necessário preparar manuais para treinamento e manutenção dos padrões”. Além dos pontos de crítica, que em certo sentido mostram visões externas ao contexto brasileiro e alguns dos limites do PPCE, a fala de Olivier direciona para a constituição da endemia como questão sanitária de relevância, ideia que circulava no meio médico-sanitário, mas que ainda estava obstaculizada em setores importantes: “Faz pouco tempo, por exemplo, reuniu-se em Brasília uma organização nacional para o desenvolvimento agrário: a esquistossomose não fazia parte do temário e muitos delegados não tinham, aparentemente, ouvido falar dessa doença”. Isso, em parte, confirma nosso argumento sobre um movimento do campo nesse sentido.

No jogo de aproximações, José Rodrigues Silva, quando diretor do INERu, também viajou

a convite da OMS. Em outubro de 1964, fez uma dessas “viagens científicas” e participou de encontros sobre a doença no *Scientific Group on Chemotherapy of Bilharzia*, no *Expert Committee on Bilharzia* e no *Scientific Group on Drug Resistance of Malaria Parasites*. Silva disse que, antes de regressar ao Brasil, “não quis perder a oportunidade” e visitou algumas instituições como os Laboratórios da Roche, Ciba, Bayer, Glaxo e a *London School of Tropical Medicine and Hygiene*, além da *Rockefeller Foundation* em Nova York (Ofício n. 160, de 24 de Novembro de 1964 ao Diretor Geral do DNERu sobre o relato atividades exercidas durante viagem a Geneva. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.04, Administração Geral, Organização e Funcionamento).

O PPCE teve relevância no processo contínuo para apontar a esquistossomose como um problema de saúde pública. Contudo, não se pode negar que sua ação limitada, em descompasso com o crescimento vertiginoso da endemia, causou desconforto. Algumas questões só se tornaram nítidas mais tarde como, por exemplo, o fato de que sem as medidas de caráter multifatorial, em várias frentes, a reinfestação, o repovoamento de caramujos e o avanço contínuo da doença seriam inevitáveis.

A documentação sinaliza que, dentro da sua existência com dificuldades, a esquistossomose figurou como doença de destaque dentro do INERu. A própria organização do órgão a partir dos seus centros de pesquisa calhou de coincidir com o movimento da doença e da dita “ameaça ao sul”. No Plano de Trabalho do INERu de 1967, dentre as dezesseis endemias, a esquistossomose é a que tinha a maior estimativa de gastos. Dado que se justificaria, pois “conforme é de conhecimento geral, a esquistossomose é a mais importante das endemias rurais no Brasil, depois da malária”. Embora questões sobre a sua distribuição e grau de morbidade fossem ainda aspectos para mais estudos, “já existe um ‘base-line’ ou ponto de referência para prosseguimento de estudos indispensáveis ao início de uma campanha” (Plano de Trabalho do Instituto Nacional de Endemias Rurais para o exercício de 1967. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. p. 1).

Internamente, o PPCE contou ainda com a colaboração do PAPPE, que era uma Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais, vinculada ao Ministério da Saúde, que atuava “com recursos financeiros especialmente consignados anualmente em convênio”, além da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e das cadeiras de parasitologia das universidades (Plano de Trabalho do Instituto Nacional de Endemias Rurais para o ano de 1968. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. p. 5-6. As parcerias também são citadas no relatório de 1969).

A composição complexa de agentes em torno da esquistossomose foi fundamental, tanto para as mudanças em torno da doença como para sua inserção na pauta da saúde pública. Tal articulação foi destacada por José Rodrigues Silva quando assumiu a direção do INERu. Em seu discurso de posse, falou em “batalhar pela concessão de tempo integral” e “completar inquéritos sobre incidência das endemias rurais”, além de “estabelecer convênios com outras entidades nas diferentes regiões do país” (Linhas Gerais do Plano de Ação Elaborado pelo Novo Diretor do Instituto Nacional de Endemias Rurais, Professor José Rodrigues Silva. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. p. 5-6).

No caso do CPqRR, o protagonismo da esquistossomose também se desenhou pelo papel de destaque que ela assumiu nos planos de trabalho. O PPCE era encarado como a contribuição mais prática do Centro ao órgão de profilaxia do DNERu. A epidemiologia da doença pôde, a partir dessas articulações, ser redimensionada. Dos dois milhões, três milhões, quatro milhões... em 1969, já se falava em aproximadamente oito milhões de infestados!<sup>10</sup>

Outro fator para compreender a transformação da esquistossomose em problema de saúde pública é a quantidade de eventos que passaram a acontecer. José Rodrigues Silva, em carta a Robert Watson, da Fundação Rockefeller, mencionou o planejamento de um evento para Belo Horizonte, além das reuniões anteriormente feitas em Juiz de Fora-MG, em Taubaté-SP e das outras que ainda estavam programadas para Londrina-PR e Goiânia-GO, as duas últimas com apoio do DNERu. Afirmando que “o assunto está entrando em fase inflacionária”, convidou o médico estrangeiro para se reunir com Ernest Paulini e os outros integrantes do PPCE (Carta de Rodrigues da Silva a Robert B. Watson, 6 de julho de 1965. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.17, Série Estudos e Pesquisas). Tais eventos continuaram a acontecer, como o Simpósio sobre a esquistossomose em Salvador, em 2 de julho de 1969, vinculado à Marinha do Brasil<sup>11</sup>, que foi antecedido por uma reunião sobre a esquistossomose em Belo Horizonte, em março do mesmo ano (Carta de Celso Arcoverde a José Pellegrino, 12 de maio 1969. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.17, Série Estudos e Pesquisas).

A indústria farmacêutica, com anuência do regime civil-militar e do próprio campo médico, constituiu-se numa outra peça do quebra-cabeça da parasitologia nos anos 1960. A Bayer e seu bayluscide<sup>12</sup> entraram em cena. Daí o relato das tentativas de se estabelecer o controle químico dos moluscos em Jacarepaguá, como parte do PPCE e em outros centros do Projeto, como em Belo Horizonte, que também utilizava o medicamento da Shell, o Shell Frescon, desde 1967. (Relatório dos trabalhos do Plano Piloto de Controle da Esquistossomose em Minas Gerais, 1967. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.12, Série Estudos e Pesquisas. p. 3). É importante refletir sobre como a indústria farmacêutica se inseriu e se serviu do sistema de crenças em torno da doença. Tomado o ano de 1950 como uma inflexão para a esquistossomose, a partir do trabalho de Pellon e Teixeira (1950), seriam quase duas décadas em torno da expectativa da arma química derradeira. É possível dizer que o bayluscide e outros se apropriaram das expectativas e assumiram destaque nos ímpetos tecnicistas e propagandistas do regime autoritário. Tal como foi dito no encontro de Belo Horizonte, nesta linha: “A técnica fixada recomenda tratamentos moluscidas seletivos com ‘Baylucid’ concentrado a um p.p.m. no meio líquido, durante 6 hs” (Segunda Reunião de Esquistossomose, Belo Horizonte 15 a 19-12-1969. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.17, Série Estudos e Pesquisas. p. 2). A questão dos medicamentos pode ser associada a um certo espelhamento da

10. Para esses dados, ver: Plano de Trabalho do Instituto Nacional de Endemias Rurais para o ano de 1969. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/01.01.03, Administração Geral, Planos e Programas. p. 2).

11. É importante lembrar o papel importante que a Marinha teve dentro do regime, seja ele estratégico ou na montagem e funcionamento do aparato repressor. A atuação do CENIMAR, Centro de Informações da Marinha, durante o período, antes e depois do AI-5, é exemplo disso (MOTTA, 2014).

12. Apesar da grafia variada, opto por seu uso mais comum nos textos atuais.

esquistossomose na malária. Nesse cenário, era preciso encontrar uma “bala mágica” que também pudesse ser aplicada na erradicação da esquistossomose, um “tratamento em massa para o controle da endemia”. É interessante realçar a força discursiva que é capaz de virar de ponta-cabeça a designação técnica da doença. O hospedeiro intermediário, o caramujo, é transformado em “vetor” e há uma obsessão em torno dele. Até hoje a OMS enquadra a enfermidade no quadro das doenças transmitidas por vetores, assunto que ainda merece destaque na investigação histórica (AUTOR, 2021).

No XVIII Congresso Brasileiro de Higiene, reunido em São Paulo, entre 26 e 31 de 1970, o problema teve relato no texto *Esquistossomose: problema brasileiro de caráter prioritário*, de José Toledo Piza, médico dos serviços de saúde de São Paulo. Nele, é possível verificar a posição da doença no rol dos problemas de saúde pública, o que se faz notar não apenas pelo título, mas por outros elementos, como na introdução, em que o autor diz que não vai abordar a questão econômica, além de também não se deter “na discussão de ser o desenvolvimento [...] consequência da produção ou se a saúde e a educação devem anteceder a ele”, pois a solução não estaria em medidas ditas isoladas e unilaterais. Piza se deteve na “epidemiologia da parasitose para que, mais objetivamente, possamos fixar nossa atenção na profilaxia”. Até mesmo a “capacidade infectante” do caramujo não seria tratada, apesar de ficar claro o seu papel na epidemiologia (José Toledo Piza (Presidente do Conselho Técnico da Campanha de combate à esquistossomose), *Esquistossomose: Problema brasileiro de caráter prioritário*, XVIII Congresso Brasileiro de Higiene reunido em São Paulo de 26 a 31 de outubro de 1970. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.17, Série Estudos e Pesquisas. p. 1-3).

O trabalho é uma espécie de avaliação crítica do PPCE, pois recupera a história das políticas públicas da doença na década de 1960 e faz a pergunta: “como encerrar o problema?”. Conclui que a “descontinuidade que tem caracterizado a administração pública nacional, comprometeu seriamente os resultados alcançados”. Situação que Piza não atribui à falta de conhecimento dos fatores básicos relativos à enfermidade. O tom crítico se refere ao fato de o PPCE ter se concentrado nas quatro áreas e interrompido as medidas profiláticas para aguardar as conclusões relativas a essas regiões: “nada seria feito antes das conclusões do referido Plano”. Fato que gerou, segundo ele, protestos de médicos do Ceará e de São Paulo. O argumento de Piza vai na linha de apontar certo descuido no que concerne às outras regiões, o que tinha obrigado ele mesmo a buscar apoios estaduais, municipais, particulares e da própria comunidade, no seu espaço de atuação. Há no discurso de Piza certa crítica quanto à preterição de São Paulo, até por seu envolvimento com o assunto na região. Este incômodo se mostra ainda maior quando ele próprio atesta que “não há divergência quanto aos rumos e métodos a serem seguidos na luta contra o mal”. Piza faz a seguinte afirmação: “senti essa unanimidade na entrevista que mantive e nas consultas que realizei entre técnicos da Guanabara, em Belo Horizonte, em Salvador”. Completa dizendo que “todos estão de acordo em reconhecer que a luta por todos os meios deve ser lançada”. Cabe dizer que tanto o diagnóstico quanto o prognóstico estão profundamente influenciados pelas armas de combate e tratamento, numa referência aos novos fármacos, “produtos de fácil aplicação” e “arma de valor para o tratamento do doente”. Além disso, há a estrutura institucional, que, em sua avaliação, contaria com “excelentes laboratórios e de pesquisadores

altamente categorizados” e instituições que chegam em “regiões anteriormente destituídas de quaisquer recursos”.

Mesmo com alguns direcionamentos, frutos do lugar de onde ele fala, o discurso de Piza é importante ao dimensionar uma série de mobilizações em torno da doença, para além dos anos 1960. Ao dar a determinados pontos caráter de consenso, que antes sequer eram citados nos livros, trabalhos e compêndios, é como se o médico ajudasse a localizar o que foi o movimento em torno da doença e o quanto determinados fatores demoraram para ser minimamente estabilizados. Por outro lado, a fala também indica as tensões e disputas dentro do campo e o papel de destaque de um grupo que fez orbitar em torno de si os processos de emolduramento da doença, via DNERu → INERu → PPCE → “escola mineira”.

A esquistossomose, desde o final dos anos 1940 e início da de 1950, empreendeu batalhas com perdas e ganhos para chegar à condição de problema de saúde pública. O PPCE e o círculo de parasitologistas mineiros se empenharam nisso, pois também viram nesse processo uma possibilidade material e simbólica de lhes garantir condição de destaque para que pudessem promover configurações fundamentais no campo, sobretudo em um contexto institucional e sociopolítico cambiante.

## **Considerações finais: aplainando argumentos que possam explicar a face *IMERu* do INERu nos anos 1960**

Nesta última parte do texto, são sistematizados alguns argumentos que podem contribuir na compreensão da situação de destaque do grupo mineiro durante a década de 1960. É importante dizer que, ao final da década, uma reforma administrativa significativa criou a SUCAM, que foi o resultado da fusão do DNERu, da Campanha de Erradicação da Varíola e da Campanha de Erradicação de Malária (BRASIL, 1970). A partir daí, tem-se um momento que sedimenta ainda mais a esquistossomose como um problema de saúde pública, mas dentro de um projeto tecnicista e de forte elo na engenharia sanitária.

O primeiro desses argumentos reside no fato do PPCE ter incrementado e estimulado articulações, parcerias internacionais, entre as instituições de saúde pública nos estados, os centros de pesquisas, a Universidade, o que ganhou concretude por meio de figuras historicamente importantes no campo mineiro da parasitologia e que circularam por esses espaços. Essas parcerias foram necessárias em razão da precariedade e da ausência de boa estrutura, com prédios, equipamentos laboratoriais deficitários etc. Por meio de acordos oficiais e também camaradagens, as figuras que circulavam entre tais ambientes se tornaram os agenciadores da ciência parasitológica naquele contexto como, por exemplo: Amilcar Vianna Martins, no Instituto Ezequiel Dias, UMG/UFMG, INERu/DNERu, por instâncias decisórias da saúde pública e aproximações no meio político; Lobato Paraense (1914-2012), vinculado ao IOC, que transitou pela Faculdade de Medicina, movimentou a leishmaniose, os estudos sobre os caramujos e ainda foi coordenador do CPqBH; José Pellegrino (1922-1977), que trabalhou na Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais, entre 1947 e 1961, foi professor da Faculdade de Medicina da UFMG, pesquisador do CPqRR e consultor da OMS; Zigman Brener (1928-2002), formado na Faculdade de

Medicina, assistente de Amilcar Martins na cadeira de Parasitologia da Faculdade de Farmácia da UMG, pesquisador do INERu a partir de 1957; Naftale Katz, aluno do curso de medicina da UMG, monitor de Caio Benjamim Dias (1913-1914), quando se interessou pela esquistossomose, aproximou-se de Pellegrino e estagiou no INERu, onde foi responsável pela criação de um laboratório de clínica médica; dentre outros. Tal entrelace não é apenas utilitário, mas conformador, criador de vínculos pessoais e científicos, adquire papel iniciático, conformação profissional e contribui para as configurações da parasitologia.

A criação da Pós-Graduação em Parasitologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG foi em 1969 (MARQUES, 2021) e algumas referências dão conta de ser a primeira do país na área<sup>13</sup>. Zigman Brener, Lobato Paraense, José Pellegrino atuaram nesses anos iniciais como orientadores e articuladores<sup>14</sup>. A criação incipiente do curso de mestrado é um dado concreto e o resultado de uma série de trânsitos de sujeitos, pesquisas e mobilizações em torno das parasitoses em Minas Gerais. Reflete uma capacidade mobilizadora e aglutinadora das atividades que aconteceram nas instituições mineiras, intensificadas a partir dos anos 1950/60.

Antes, em 8 de julho de 1965, como mencionado, fora fundada em Belo Horizonte a Sociedade Brasileira de Parasitologia (SBP)<sup>15</sup>, tendo seus primeiros presidentes Wladimir Lobato Paraense (1965-1967) e Amilcar Vianna Martins (1967-1968). Mesmo que a trajetória da SBP esteja permeada de lacunas, sua criação e o fato de ter sido presidida por duas figuras importantes do campo em Minas Gerais são fatos emblemáticos da capacidade associativa, num contexto nebuloso e difícil, o que, novamente, é fator importante para que se pense no processo de autonomização com condicionantes regionais. Pesquisas, produções de artigos sobre várias doenças, contatos com as agências internacionais, o papel da esquistossomose, doença endêmica no estado, ajudam a entender a força do campo nesse período.

O segundo argumento refere-se às dinâmicas do regime civil-militar e suas interseções com a ciência, em âmbito nacional e regional. Para tal problematização, uma análise que pode contribuir é a que foi realizada por Motta (2104). O autor discute como o projeto autoritário de 1964 incorporou demandas na tentativa de romper com o passado, mas foi profundamente influenciado pelas características da cultura política brasileira. Sem minimizar o caráter repressivo do regime, busca perceber algumas questões internas às universidades que soam como contradição à tipologia binária da resistência *versus* colaboração, e que podem ser melhor vistas no âmbito dos jogos de acomodação, de cordialidade e cooptação, da busca de soluções de compromisso, como parte de uma tradição conciliatória brasileira. A face modernizadora das universidades nos anos 1960 reuniu, em parte, algumas demandas vindas do movimento de democratização do ensino superior, comprimido pelo autoritarismo, pela repressão ideológica e pelo anticomunismo. Junto com algumas incorporações, participam os acordos MEC-USAID, assinados em 1965, além do *Peace Corps*, ambas com vínculos com o INERu e o PPCE.

13. Ver também: <http://www.parasitologia.icb.ufmg.br/historico.php>, acesso em 7 jul. 2021.

14. O que pode ser visto a partir de uma busca pelas dissertações do programa, desde 1971, com as orientações desses sujeitos: <http://www.parasitologia.icb.ufmg.br/diss.php>, acesso em 7 jul. 2021. Além dos três, é importante citar a presença de outro pesquisador que aparece recorrentemente na documentação sobre a esquistossomose no INERu, Roberto Milward de Andrade.

15. As informações históricas sobre a SBP são fornecidas por Katz (2009), em um valioso artigo do ponto de vista histórico. No trabalho, o autor relata que os documentos da Sociedade se perderam.



Até o golpe de 1964, diversos relatos enfatizam a existência de duas escolas de parasitologia: a “escola mineira” e a “escola paulista”. Martins (2010), em depoimento colhido em 1978, fala da movimentação no INERu e do grupo regional:

Como eu fazia parte desse grupo e da Faculdade de Medicina – eu trabalhava no instituto sem ganhar – nomearam-me diretor do Instituto e eu era da Faculdade de Medicina. Nessa ocasião, deixei a Escola de Farmácia. Fiquei só com os dois. Então, estabeleci uma relação muito estreita, um convênio escrito, assinado, entre o Instituto e a cadeira de Parasitologia da Escola, e, assim, o pessoal da Escola podia trabalhar no Instituto e vice-versa. E isso foi muito bom pelo seguinte: o Instituto tinha muito mais facilidade de pesquisa do que a Faculdade, mesmo depois de federalizada, porque dispunha de transporte, dispunha de várias coisas. Isso causou um desenvolvimento bastante grande na Parasitologia. Hoje, digo isso sem a menor sombra da dúvida, o melhor grupo de Parasitologia da América Latina é o de Belo Horizonte.

Houve um grupo de Parasitologia excelente em São Paulo, do professor Samuel Pessoa, mas esse grupo se dispersou totalmente depois da revolução (MARTINS, 2010: 16).

Tal como aponta Hochman (2014, 2015), o grupo liderado por Samuel Pessoa foi esfacelado, tido como uma semente comunista a ser eliminada, e a Faculdade de Medicina da USP foi considerada um “poderoso núcleo sino-soviético”. Foi o que aconteceu com pesquisadores como Luiz Hildebrando, além de todo um grupo vinculado à “escola paulista”, que se dispersou por instituições internacionais e nacionais. O desmonte desse grupo demonstra a capacidade repressiva do regime, que alijou uma das principais figuras da parasitologia brasileira.

É o que Martins (2010: 16) também narra:

Mas, com a revolução, saíram praticamente todos. Alguns foram para o exterior, outros foram presos, o diabo! Isso tudo porque o professor Samuel Pessoa tinha umas tendências bastante liberais, e o pessoal dele também. De modo que o grupo se dispersou. Hoje, o grupo de Parasitologia de São Paulo não vale nada.

O grupo daqui é o melhor e acho que foi a influência do Instituto [Ezequiel Dias] e o progresso da Faculdade de Medicina que permitiu isso. Hoje, esse grupo do Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina é muito bom. É o melhor Departamento.

Naftale Katz, em entrevista, também contribui para que possamos tentar entender aquilo que Motta (2014) denomina de um “complicado teorema” da relação entre modernização e repressão. É possível perceber que, apesar de alguns elementos de perigo, a parasitologia em Minas se serviu desses processos de adaptação/acomodação que funcionaram como força propulsora do campo. Katz fala que “o Professor Amílcar foi o grande guru nosso, foi importantíssimo”. Sobre as “escolas”:

Eu acho que tem dois grupos muito importantes que foram formados em tor-

no de duas pessoas muito importantes. Em Minas, foi o Professor Amilcar Vianna Martins, sem dúvida nenhuma, e rodeado de Pellegrino, Zigman Brenner, Ernest Paulini, Marcelo Vasconcelos Coelho que veio do Recife para cá, esses eram os pesquisadores principais. Havia os secundários que eu considero o Roberto M. de Andrade e o Geraldo Chaia, que não tinham a envergadura desses outros que eu citei, mas que eram pesquisadores que trabalhavam aqui. E o segundo grupo era o grupo de São Paulo, que girava e que foi criado pelo Professor Samuel Pessoa.

Os dois tinham uma preocupação social muito grande, os dois eram considerados de esquerda e os dois tiveram problemas muito sérios em 1968, depois da publicação do Ato Institucional número 5. Todos os dois foram presos, todos os dois foram cassados, né? E o Professor Amilcar Vianna considerava, ele tinha duas grandes honras na vida dele, que ele considerava. O primeiro foi ele ter ido para FEB, ele foi como voluntário na Segunda Guerra Mundial, e o segundo foi ele ter sido cassado pelo Ato Institucional número 5. Essas eram as duas convocações que ele achava de maior valia na vida dele. O Professor Samuel Pessoa a mesma coisa, foi denunciado por um assistente que eu não vou nomear, mas eu sei quem é, porque eu vi a esposa do Professor Samuel Pessoa expulsá-lo da casa (NAFTALE KATZ, entrevista em 19/9/2013).

Mesmo com a presença de elementos de perigo, podemos cogitar que parte da situação de relativa calma se refere à acomodação, no sentido que Motta (2014) dá à palavra. No caso, às relações interinstitucionais com o regime, ao apoio das agências americanas e dos acordos de ajuda com forte viés ideológico. O PPCE pôde se movimentar a partir deles e ajudou o coletivo a se mexer também. Diretores e pesquisadores puderam viajar para Europa, Estados Unidos, tomar contato com diversas pesquisas, sociedades internacionais, “novos métodos” nos laboratórios farmacêuticos etc. Convidados a participar dos fóruns internacionais sobre a esquistossomose, encontraram uma forma importante de se apresentar nos espaços fora do Brasil, agregar cabedal à formação, compor um “pensar esquistossomicamente”, o que foi convertido na fundação de cursos, orientações e atividades na nova engrenagem que se deu com a reforma universitária de 1968 e com a criação da Fundação Oswaldo Cruz, em 1970<sup>16</sup>. Tal postura do regime predisps os membros do coletivo da parasitologia a estabelecer relações intermediárias, um jogo de mão dupla, que dirimia anseios e angústias de muito tempo por melhores condições de trabalho. Longe de resolver todos os problemas, é possível dizer que houve um jogo recíproco de sedução entre a política do regime e os agenciadores da parasitologia em Minas Gerais.

De acordo com Katz, “o único cassado foi o Amilcar”, “embora tivessem outras pessoas consideradas de esquerda”. E o estabelecimento de uma certa blindagem faz eco também à acomodação que se dá em meio aos compromissos pessoais, “fator que também integra o repertório da cultura política brasileira” (MOTTA, 2014: 311). O caso de Caio Benjamin Dias vai nesse sentido. Dias terminou o curso na Faculdade de Medicina da UMG em 1936. Atuou na reforma do ensino médico nos anos 1950 e teve desempenho ativo no meio universitário nos anos 1960.

---

16. Katz, em outro depoimento, diz que: “Em 1970, todo mundo que estava aqui nessa situação [regime de contrato], todo mundo foi efetivado e virou funcionário estável da Fiocruz, que foi quando o INERU foi incorporado à Fiocruz” (NAFTALE KATZ, entrevista em 01/10/2013).

Foi um interlocutor importante entre o regime e a ciência. Foi reitor da Universidade de Brasília (UnB), de novembro de 1967 a março de 1971, lugar que, segundo Motta (2014), foi um dos postos mais visados pelos militares. No campo da esquistossomose, Dias também teve papel importante, com a publicação de diversos trabalhos. Em 1944, em trabalho intitulado *Esquistossomose de Manson – Estudos*, publicado nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz<sup>17</sup>, desafia, junto com Bernardo Figueiredo Magalhães, o senso comum da doença, ao questionarem sua origem, contrapondo-se à ideia de que ela “teria vindo com o africano parasitado, por ocasião da escravatura” (MAGALHÃS; DIAS, 1944: 366)<sup>18</sup>. Após sua saída da UnB, Dias continuou vinculado aos círculos do poder e foi secretário de educação de Minas Gerais, entre 1972 e 1973, durante o governo de Rondon Pacheco (1971-1975), que era membro da ARENA, partido de sustentação dos militares.

Esses vínculos são importantes na conformação do campo nesse período:

Aí tem uma pessoa que tem um papel muito importante, que é o Professor Caio Benjamin Dias. O Professor Caio Benjamin Dias, que eu fui monitor dele, era o médico do Magalhães Pinto, então ele impediu que se fizesse aqui uma caça às bruxas, em Minas Gerais. Ele foi convidado a ser reitor depois que casaram o Aloísio Pimenta (NAFTALE KATZ, entrevista em 19/9/2013).

O terceiro argumento que se apresenta para explicar o destaque da “escola mineira” reside na interseção com outros campos, sobretudo com a educação sanitária, que também se encontrava em mutação, com a entrada de profissionais de diversas formações e a tentativa de incorporar novas demandas, com críticas ao dito campanhismo sanitário, verticalizado e diretivo. A criação da OMS e a operação com o conceito de que “a saúde é mais completo estado de bem-estar físico e não apenas a ausência de doenças” provocou mudanças no campo, epistemológicas e profissionais (AUTOR, 2015). É importante destacar que a mediação entre parasitologia e a educação sanitária refere-se também aos objetos/objetivos compartilhados, o quanto as parasitoses são fundamentais para as ações de intervenção educativas. No caso do PPCE, as fontes indicam um grupo articulado que envolvia figuras fundamentais nesse processo de remodelação, como Hortênsia de Hollanda, participante de processos de treinamento do *Peace Corps*. Também se percebe certa organicidade com outras ações, como aquela com Célio Garcia, envolvendo também a psicologia (GARCIA, 1971). Como se vê no organograma do PPCE, Minas e Pernambuco continham equipes específicas da educação sanitária. A capacidade de promover a divulgação, dialogar com amplos setores sociais e inclusive visibilizar as metodologias da parasitologia, fazendo o clínico e o laboratorial irem às pessoas, seria tarefa da educação sanitária/educação em saúde<sup>19</sup>. Por ela, a parasitologia também captava legitimidade junto às campanhas do estado de

17. O trabalho foi laureado com o prêmio Oficial da Academia Nacional de Medicina, medalha de prata, em 1943.

18. O caráter autóctone da esquistossomose não foi incisivamente corroborado pelo coletivo, até onde pudemos averiguar, e também de acordo com o que vimos na análise sobre a doença. Nos anos 1960, encontramos algumas referências de Lobato Paraense que caminham para a ideia de que ela era autóctone. De qualquer forma, é importante pensar como a vinculação com o negro, com a escravatura, com a história, funcionou nos artigos, manuais, na educação sanitária, como uma distinção da doença, que se tornou condicionada socialmente e historicamente, de ligações intrínsecas com a pobreza e as estruturas sociais brasileiras.

19. A documentação do PPCE é farta nessas articulações, mas destacamos: (1) o Planejamento de uma intervenção

Minas e estabelecia assim uma relação de mão dupla.

O quarto e último fator, emaranhado ao terceiro, está na forma com que a esquistossomose e as verminoses foram assumidas como flagelo no estado de Minas Gerais, o que pode ajudar a mensurar o papel dos vínculos com o poder, a imbricação de discursos diante da necessidade regional de tratar as doenças como importantes na saúde pública. No governo de Magalhães Pinto, foi lançada a campanha de combate às verminoses, em 4 de fevereiro de 1963. Dizia ser o “novo esforço de valorização do homem”, objetivava o levantamento dos casos de helmintíases, mediante exames clínicos e de laboratório, o combate às parasitoses com o fornecimento e ministração de medicamentos, obras de saneamento e educação sanitária. Uma comissão formada pelas Secretarias de Educação, Agricultura e do Conselho Estadual de Saúde comporia um comitê executivo. No caso dos trabalhos práticos, seriam “realizados por intermédio da rede do magistério primário estadual e por elementos voluntários de entidades públicas” (MINAS GERAIS, 5/2/1963, p. 4). Ao menos no nível das intenções e discursos, a presença federal também se fez presente na campanha de Minas, com o acordo assinado com o Ministério da Saúde, com Pinheiro Chagas à frente, com a presença também do diretor-geral em Minas do DNERu no seu lançamento (MINAS GERAIS, 15/2/1963, p. 9). A ajuda federal se daria com recursos e disposição de medicamentos e o objetivo seria alcançar “toda a população escolar mineira, ou seja 1 milhão e 200 mil crianças nos 762 municípios”.

O enfoque nos escolares foi forte e as docentes foram colocadas como braço estratégico fundamental, “32 mil professoras, juntamente com outras pessoas de boa vontade, poderão dar efetiva ajuda à campanha”. Repetindo os padrões tradicionais, falava-se em “levar ao povo noções fundamentais de educação sanitária”, “criar consciência de que os problemas de saúde só podem ser resolvidos com a participação ativa da coletividade” e “integrar a professora primária nas campanhas de saúde pública”. Além da busca de colaboração, visava-se, também, a articulação dos Centros de Saúde e Postos de Higiene (MINAS GERAIS, 4/4/1963, p. 10). A partir do segundo semestre de 1964, foi vez do “Campanha de Combate à Doença de Chagas”, que novamente acionaria o DNERu, “como ponto de partida para uma ação intensa visando o extermínio da doença de Chagas em Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 21/8/1964, p. 13). Em 1965, ao anunciar o plano de trabalho, a secretaria dava conta de que “o combate à verminose levou assistência médica a 29 mil crianças” (MINAS GERAIS, 5/1/1965, p. 9). Novos convênios entre o estado e DNERu foram assinados para aplicação de BHC (um pesticida), controle da doença de Chagas e da leshimaniose visceral. A Companhia Mineira de Água e Esgotos (COMAG) entrou em cena com entendimentos com o DNERu e a Fundação SESP, por meio de uma série de planos de custos (MINAS GERAIS, 27/4/1967, p. 1). Algumas iniciativas no âmbito municipal também passaram a acontecer, como a Campanha Antiverminótica da prefeitura de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 14/6/1967, p. 1). São ímpetus políticos do estado que articulam parasitologia e educação sanitária reciprocamente.

Desse modo, apresentam-se quatro pontos de um tabuleiro em que muitas outras peças es-

---

Psico-Sociológica na área do Projeto Piloto de Esquistossomose, Minas Gerais. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.10, Série Estudos e Pesquisas. p. 1-3; (2) Ofício 1057 de 29/9/1969 sobre as Recomendações da Segunda Reunião do Projeto Piloto de Esquistossomose. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FINERU/06.00.00/02.00.08, Série Estudos e Pesquisas. p. 2

tão ainda no jogo da reconstrução histórica e para outras investigações. Pretendeu-se mostrar o grau de articulação de um do grupo da parasitologia e como suas mediações dão a ele projeção nacional e o quanto a história da ciência movimentou fatores epistemológicos, políticos, regionais, dentre outros. Tais sujeitos construíram uma rede de interdependência e foram capazes de promover configurações institucionais que legitimam seus trabalhos e espaços de atuação.

## Referências

### Fontes consultadas

Arquivos da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ)  
Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais

Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Minas Gerais  
Jornal Minas Gerais (1946-1971)

### Fontes orais

MARTINS, Amilcar Viana. Amilcar Viana Martins (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. (Entrevistador: Simon Schwartzman)

Naftale Katz. Belo Horizonte, 19/9/2013. (Entrevistador: AUTOR)

Naftale Katz. Belo Horizonte, 1/10/2013. (Entrevistador: AUTOR)

### Bibliográficas

AUTOR, Lorem ipsum dolor sit ame. *consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat.* Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proide Excepteur sint occaecat cupidatat non proide, 2015.

AUTOR, Lorem ipsum dolor sit ame. *consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat.* Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proide Excepteur sint occaecat cupidatat non proide, 2021.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 09 jul. 2021

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. IN: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: Sociologia.*

São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. *Lei nº 2.743, de 6 de março 1956 - Cria o Departamento Nacional de Endemias Rurais no Ministério da Saúde e dá outras providências.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L2743.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2743.htm). Acesso: 1 de jun. 2021.

BRASIL. *Decreto 52.279, de 19 de julho de 1963 - Baixa as Normas Técnicas Especiais para o Combate à Esquistossomose.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52279-19-julho-1963-392654-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso 3 fev. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 66.623, de 22 de maio de 1970 -Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Saúde, e dá outras providências.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66623-22-maio-1970-408086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 30 jun. de 2021.

CUETO, Marcos. *Saúde global: uma breve história.* Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2015.

CUETO, Marcos; BROWN, Theodore M.; FEE, Elizabeth. *The World Health Orgnazation: a global History.* Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DINIZ, Maria Cecília Pinto; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; SCHALL, Virgínia Torres. Hortênsia de Hollanda: a arte da educação em saúde para prevenção e controle das endemias no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, n. 2, p. 533-548, 2009

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia.* Lisboa: Edições 70, 2008.

GARCIA, Célio. Relatório da pesquisa sobre aspectos psicossociais de uma população relacionados à prevalência de esquistossomose mansônica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v. 23, nº4, p. 33-35, out.-dez. 1971.

HOCHAMAN, Gilberto. Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP. São Paulo, *Ciência & Cultura*, vol. 66, nº 4, p. 26-31, out.-dez. 2014.

HOCHMAN, Gilberto. Samuel Barnsley Pessoa e os determinantes sociais das endemias rurais. Rio de Janeiro, *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 20, nº 2, p. 425-431, 2015.

KATZ, Naftale. Pequena introdução à história da Sociedade Brasileira de Parasitologia. *Revista de Patologia Tropical*, vol. 38, nº 3, p. 227-232, jul.-set. 2009.

KATZ, Naftale. Wladimir Lobato Paraense. An outstanding scientist (1914-2012). *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* [online], vol.45, n.3, pp. 421-421, mai.-jun. 2012.

MAGALHÃES, Bernardo Figueiredo; DIAS, Caio Benjamin. Esquistossomose de Manson: estudos. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, tomo 41, fascículo 3, dez. 1944.

MARQUES, Rita de Cássia. A criação do ICB: políticas, tensões e desdobramentos na graduação e pós-graduação. IN: GOMES, Ana Carolina Vimieiro; MARQUES, Rita de Cássia. *A ciência no ICB UFMG: 50 anos de história*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 59-98

MARTINS, Amilcar Vianna. *Diagnóstico de laboratório da esquistossomose mansoni*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949. (Tese de Concurso para Professor Catedrático de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

*Artigo submetido em 05/05/2021*

*Aceito em 30/06/2021*